

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, dezembro de 2008, número 12. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

A contribuição do DATA LUTA no estudo sobre a concentração fundiária no município de Juara (Mato Grosso).

ARTIGO DO MÊS

O MST e as Reformas Agrárias do Brasil

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

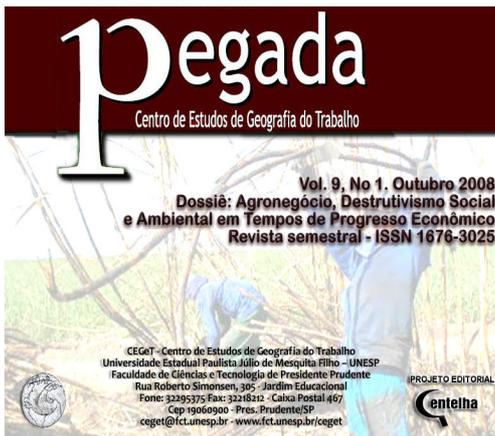
EVENTOS

XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária “*Formação e contemporaneidade da diversidade sócio-espacial no campo*”, São Paulo (USP), 02 a 07 de fevereiro de 2009

XII Encuentro de Geógrafos de América Latina “*Caminando en una América Latina en transformación*”, Montevideo (Universidad de la República), 3 a 7 de abril de 2009.

XXVIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA), Rio de Janeiro (PUC), 11 a 14 de junho de 2009.

PUBLICAÇÃO



Revista Pegada – Vol. 9, N°1. Outubro de 2008

Dossiê: Agronegócio, destrutivismo social e ambiental em tempos de progresso econômico

Nesta edição a revista faz uma abordagem da consolidação do poder de classe do capital em novas ofensivas, principalmente, a partir dos (re)arranjos produtivos sobre o espaço agrário brasileiro, se evidenciando na produção estandardizada, na intensificação do valor de uso materializado no uso privado da terra e nas alterações das formas de efeitos deletérios sobre a população como a exclusão social, a fome, colocando em pauta a emergência da Reforma Agrária e da Soberania Alimentar.



Elaborado por Fernanda Bertuqui Marzola e Anna Luiza de Araujo. Pesquisadoras do NERA – Bolsistas Ciência na Unesp.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www4.fct.unesp.br/nera/boletim.php

A contribuição do DATALUTA no estudo sobre a concentração fundiária no município de Juara (Mato Grosso)

Matuzalem Cavalcante

Mestre em Geografia pela FCT/Unesp

Pesquisador do Nera

mb.cavalcante@uol.com.br

O estudo sobre a concentração fundiária do município de Juara faz parte do quinto capítulo da minha dissertação de mestrado, defendida em outubro do ano corrente na FCT/Unesp e intitulada *Mudanças da estrutura fundiária de Mato Grosso de 1992 a 2007*. Destaco essa diligência neste boletim por ser, a meu ver, a principal contribuição do DATALUTA em minhas pesquisas sobre a estrutura fundiária brasileira. Minhas pesquisas fazem parte de um esforço coletivo do Nera em busca da otimização das informações do banco em reconhecimento a inconfiabilidade dos dados públicos.

Tendo como ponto de partida a detecção das mudanças da malha fundiária por classes de área, e identificando Juara como o município brasileiro com maior expansão de áreas agricultáveis de 1992 a 2003 (994.410,10 hectares), realizei uma parceria no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), por intermédio do orientador do projeto, professor doutor Bernardo Mançano Fernandes, onde tive acesso ao restante dos dados do SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural), o que me possibilitou o agrupamento de todos os imóveis cadastrados por detentores, pensando, assim, uma nova proposta de analisar a concentração fundiária. Como já publiquei anteriormente no boletim de janeiro de 2008, a combinação dos dados do DATALUTA e do SNCR é possível porque este é a fonte daquele.

Os dados permitiram que eu levantasse os imóveis com mais de 15 módulos fiscais, filtrando os cadastrados, tanto em escala municipal quanto em estadual, a partir dos nomes de proprietários fornecidos pelo próprio sistema, o que garantiu a formação de listagens de detentores e os respectivos imóveis que lhes pertencem. Assim, neste estudo identifiquei que, dos 330 detentores de imóveis e áreas de posse com mais de 15 módulos fiscais em Juara (com uma área correspondente a 1.681.278,60 hectares), 44 (13% do total de detentores) possuem uma média três propriedades no município, com uma área média de 11.391,54 hectares. Além disso, verifiquei que grande parte das pessoas físicas possui seus segundos nomes e/ou sobrenomes idênticos, levando-me a levantar a hipótese de que um terço das terras agricultáveis do município (501.227,80 hectares) pertence a três ou quatro famílias.

O estudo identifica, ainda, que 83 proprietários (25% do total de detentores) possuem imóveis em outros municípios de Mato Grosso ligados ao agronegócio da soja, como Brasnorte, Paranatinga, Chapada dos Guimarães, por exemplo. O destaque destes municípios é importante porque eles também participam do *ranking* dos 20 primeiros com maior expansão fundiária de 1992 a 2003, o que me levou a uma segunda hipótese de que os territórios municipais em que o agronegócio se territorializa nos últimos 10 anos foram apropriados por um pequeno grupo de famílias. Outro fator a destacar é que a área média dos proprietários que possuem terras em outros municípios mato-grossenses é de 24.308 hectares. Apesar de eu não ter feito um estudo detalhado sobre o caso, também detectei que algumas pessoas detentoras de imóvel ou posse em Mato Grosso eram detentoras de terras tanto em estados de economia dinâmica, como São

Paulo e Paraná, quanto em outras áreas de fronteira, como em municípios do Acre e do Pará. Entre estas pessoas (físicas e jurídicas) estão colonizadoras, empresas de diversos setores e até artistas televisivos que investem na agropecuária e/ou na especulação de terras.

No trabalho de otimização dos dados do DATALUTA, identifiquei inúmeras falhas no SNCR. Existem muitos erros de digitação no SNCR. Esses erros dificultam muito o trabalho, pois obtive os dados através da filtragem por detentores através de planilhas do *Microsoft Excel*. Encontrei, por exemplo, cadastros que só constam o primeiro nome do detentor do imóvel. Mesmo contendo o CPF desse detentor, tal fato mostra a desorganização e o descrédito das informações cadastradas. Ainda existem dados de uma mesma propriedade ou posse repetidas. Além disso, os nomes dos proprietários que possuem mais de um imóvel aparecem, muitas vezes, diferentes, sendo que o CPF é o mesmo.

As indefinições do sistema são muitas vezes ligadas à sua própria estrutura e a falta de rigor do Incra e de outros órgãos do Estado. Os imóveis que estão localizados em mais de um município, por exemplo, acabam sendo cadastrados, freqüentemente, no município onde se encontra a sede ou a entrada da propriedade. Além disso, nem todas as áreas indígenas e de conservação ambiental, bem como os lotes de assentamentos são cadastrados. Todas essas questões revelam uma grande indefinição da estrutura fundiária brasileira devido a problemas históricos de erros técnicos por parte do Incra, contabilizando as grilagens e concessões irregulares de terras fornecidas pelos institutos de terras; problemas que para serem solucionados é preciso fazer muitas adequações, como legitimação de todas as propriedades e posses, melhorias no SNCR e modificações no quadro de funcionários responsáveis pelo cadastro, já que estes se mostram passíveis de corrupção e de falhas no gerenciamento do sistema. Entretanto, considerando que esses tipos de erros possam existir em boa parte dos municípios brasileiros, talvez esse problema não reverta a colocação dos municípios que mais expandiram áreas de propriedade.

Baseado neste e em outros estudos que realizei, este trabalho chega a duas conclusões centrais: que os produtores de soja se apropriam, paulatinamente, de propriedades de municípios produtores de gado bovino para especulação e/ou para plantarem soja durante as fases de alta do preço do produto; e da necessidade de mudança metodológica do cálculo do índice de Gini, considerando o número de detentores, e não de imóveis.